

RESENHA

READING WITTGENSTEIN'S TRACTATUS
(ENGELMANN, MAURO L.)¹

Bruno Rolemberg²

Marcos Antonio da Silva Filho³

RESUMO

Resenha do livro *Reading Wittgenstein's Tractatus* (ENGELMANN, Mauro L.).

Palavras-chave: Resenha. Tractatus. Wittgenstein.

ABSTRACT

Review of the book *Reading Wittgenstein's Tractatus* (ENGELMANN, Mauro L.).

Key-words: Review. Tractatus. Wittgenstein.

Tractatus é um dos grandes clássicos da filosofia contemporânea. No ano que marcou a véspera do primeiro centenário da publicação da primeira obra prima de Wittgenstein, Mauro Engelmann publicou "*Reading Wittgenstein's Tractatus*". Trata-se de um importante marco na história da interpretação do *Tractatus* por pelo menos dois motivos: a qualidade da historiografia das leituras do *Tractatus* e a originalidade da interpretação proposta. O livro trata do itinerário de leituras possíveis do *Tractatus*.

Engelmann categoriza as leituras do *Tractatus* em positivistas, anti-positivistas, místicas, metafísicas, não metafísicas e resolutos. O *Tractatus* é controverso desde sua primeira recepção. O livro chamou atenção de Russell pelo seu aspecto paradoxal, uma vez que muito do que ali é dito não atende aos critérios de sentido nela estipulados. E os positivistas lógicos o

¹ DOI: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.256186>

² Universidade Federal Sergipe. E-mail: bruno.rolemberg@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5069-9612>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0314965968010204>.

³ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcoossilvarj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1552-2525>. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>.

leram como um fio condutor muito influente de muitas discussões antimetafísicas dentre os primeiros leitores do *Tractatus*. Nas décadas de 1920 e 1930 Neurath (1983) e Carnap (1932) foram alguns desses leitores. O primeiro utilizou o *Tractatus* como referência para a construção de uma ciência unificada fundada na física – nomeada fisicalismo. Já Carnap (1937, p.282) reconheceu que Wittgenstein (2020) foi o primeiro a estabelecer a conexão entre sintaxe da linguagem e a lógica da ciência.

Anscombe (1965), no final da década de 1950, foi pioneira na leitura antipositivista do *Tractatus*. Destaca-se a ênfase em uma perspectiva fregeana em detrimento da russelliana, que era majoritária no Círculo de Viena. Esta tendência tem sido predominante nos estudos *tractarianos* mais recentes. Ademais, tratou do aspecto transcendental dessa obra, presente, em especial, em 6.n⁴.

As leituras místicas do *Tractatus*, que são uma espécie do gênero supramencionado, têm seu ponto alto nas décadas de 1960 e 1970 com obras de Engelmann (1967) e Janik & Toulmin (1973). Além da ênfase nos aspectos místicos do *Tractatus* que dá nome à categoria, ressaltou-se a finalidade ética da obra. Esses autores trataram de importantes influências do *Tractatus* que até então tinham sido negligenciadas, a exemplo de filósofos-cientistas germanófonos do século XIX, como Heinrich Hertz e Ernst Machrtz; de filósofos como Arthur Schopenhauer e Søren Kierkegaard; e de autores literários como Fiódor Dostoiévski e Liev Tolstói.

A outra vertente antipositivista é marcada por uma leitura metafísica. Iniciou-se na década de 1960 com Black (1966) e tornou-se a tradição dominante na década de 1980 com Malcom (1986), Pears (1987) e Hacker (1986). Em comum, esses autores propunham uma interpretação do *Tractatus* em que a estrutura de uma realidade independente determina a estrutura da linguagem. Hacker (1986), por exemplo, propôs um realismo empírico, caracterizado por uma leitura ontológica do 2.0n do *Tractatus*. Este realismo é combinado, então, com um idealismo transcendental, em que os significados são injetados nos símbolos através de um sujeito metafísico. Engelmann (2021, 7) critica essa concepção, sobretudo, por estar em desacordo com a

⁴ Notação utilizada por Engelmann (2021) que indica o aforismo em questão acrescido dos nós de hierarquia inferior no sistema numérico do *Tractatus*.

proposta de Wittgenstein de resolver os problemas filosóficos. Afinal, atingir este objetivo não seria possível com a criação de uma nova metafísica.

A literatura secundária do *Tractatus* desde os anos 1990 tem apresentado um forte viés não metafísico, especialmente através de dois grupos: os resolutos e os antirrealistas. Cabe ressaltar, quanto a esses últimos, que Engelmann (2021, p. 4) não utiliza essa terminologia, denominando-os simplesmente não metafísicos. Optamos por empregá-la, haja vista sua especificidade no universo dos leitores não realistas: a negação de uma ontologia e a atribuição do caráter lógico-linguístico às passagens referentes ao 2.0n do *Tractatus*.

James Conant e Cora Diamond (2004) são os principais nomes da vertente resoluto, caracterizada pela negação, no que diz respeito ao *Tractatus*, da existência de uma teoria do sentido e de absurdos com o papel de elucidação na obra. Estes autores defendem, em linhas gerais, que Wittgenstein teria empregado um método kierkegaardiano, irônico, de comunicação indireta, utilizando sentenças contrassensuais com vistas a libertar o leitor da ilusão de sentido por elas criadas. O objetivo do livro, nessa interpretação, é terapêutico. A crítica de Engelmann (2021, 16) aos resolutos dirige-se especialmente à adoção da ironia como critério hermenêutico. Não há critério para decidir o que é irônico, formando um paradoxo interpretativo.

Marie McGinn (2006), embora inicialmente resoluto, propôs ser possível a negação do caráter metafísico do *Tractatus* sem que isso implique a completa ausência de *insights* positivos na obra. Com essa concepção, observou-se em uma tradição interpretativa mais antiga que remonta à década de 1970 com Rush Rhees (1971), Peter Winch (1971) e Hidé Ishiguro (1971) – o antirrealismo.

Em comum, esses autores, em oposição à tradição metafísica, sustentam não haver no *Tractatus* uma teoria da relação entre a linguagem e uma realidade externa. McGinn (2006), em especial, propôs que a aparente ontologia *tractariana* é a ordem lógica comum a qualquer sistema de representação. A investigação ali realizada, portanto, é lógico-linguística. No entanto, Engelmann (2021, 18) entende que ela não se livra das acusações do *Tractatus* como um livro absurdo, tendo em vista que, em termos *tractarianos*, sintaxe e ontologia se equivalem nesse aspecto.

Após examinar esses autores que contribuíram para a literatura secundária, Engelmann (2021, 18) propõe um quadro referencial para uma correta leitura do *Tractatus*, que deverá: (i) explicar como o livro não é paradoxal; (ii) explicar como o *Tractatus* põe fim aos problemas metafísicos, conforme a alegação de Wittgenstein no prefácio; (iii) explicar a relação entre o imperativo do silêncio (TLP 7) e as passagens correspondentes ao β_n ; (iv) elucidar a “ontologia” *tractariana*, consoante as referências (i) e (ii); e (v) considerar o período intermediário do autor. Desses, apenas o quinto requisito não foi abordado na obra ora resenhada, haja visto ser objeto de outros trabalhos do autor.

Iniciaremos pelo quarto requisito. Engelmann (2021) elucidava a “ontologia” *tractariana* a partir de sua relação com os problemas da filosofia de Russell (1997). Ela surge, em certa medida, da necessidade de expurgar a lógica de qualquer característica contingente. Segundo Wittgenstein, muito do que Russell atribuía à lógica tinha esse caráter.

A existência de objetos decorre da independência da lógica em relação aos fatos do mundo. Se a análise não tivesse um fim em proposições elementares compostas por nomes simples, então, uma lei da lógica, como $\Phi_a \vee \sim \Phi_a$, dependeria da verdade de uma outra proposição. Como a verdade de uma proposição é consequência da existência do fato que lhe corresponde, então a lógica dependeria de fatos contingente. Não seria, portanto, *a priori*. A existência de proposições elementares compostas por nomes simples é, por conseguinte, uma exigência do postulado da aprioricidade da lógica. Os objetos da “ontologia” *tractariana* são aquilo que tais nomes nomeiam.

Na interpretação de Engelmann (2021, 32), o TLP 2.022 e do TLP 2.023 não implicam que todos os mundos possíveis tenham os mesmos objetos, mas apenas que neles haja objetos, o que é mostrado no simbolismo pela variável objetual, a exemplo da variável x em Φx . Se a lógica dependesse da unicidade de objetos nos mundos possíveis então ela dependeria de uma característica contingente, o que é incompatível com a exigência de que seja *a priori*.

Engelmann (2021, 35) também interpreta nesse sentido a noção de forma dos objetos. Para os metafísicos, tratar-se-iam de características dos

objetos sempiternos que regulam suas possibilidades combinatórias. Isso seria, contudo, uma exigência contingente à lógica, o que violaria o seu caráter *a priori*. Para Engelmann, a forma de um objeto é a forma n-ádica em que ele aparece em uma proposição n-ádica, a exemplo da forma diádica de x em Φ_{xy} .

O cerne da leitura do *Tractatus* de Engelmann (2021, 39) está na noção de "escada" do TLP 6.54. Em sua interpretação, esse termo ganha contornos bem definidos. A escada é formada pelos nós principais do sistema de numeração do *Tractatus*, conforme visto abaixo:

1. The world is everything that *is the case*.
2. What *is the case*, the fact, is the existence of atomic facts.
3. The logical picture of the facts is *the thought*.
4. The *thought* is the significant proposition.
5. Propositions are *truth-functions* of elementary propositions.
6. The general form of *truth-functions* is: $[\underline{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$.
7. What we cannot speak about we must pass over in silence.

Cada degrau, do 1º ao 6º, apresenta um par de conceitos formais⁵. O principal conceito, que figura como termo médio da escada, é o de proposição. O imperativo do silêncio (TLP 7) é o patamar da escada, ou o resultado do livro. Parte-se da existência do mundo (TLP 1) e mostra-se que seus componentes, os fatos, só podem ser capturados, em essência, a partir de seus modelos lógicos (TLP 2-3-4), isto é, o pensamento e proposição.

Assim, esclarecer a essência da proposição é o mesmo que esclarecer a essência dos pensamentos e dos fatos. E a essência das proposições, como mostra (TLP 5-6) é o simbolismo, em especial a forma geral da função de verdade: $[\underline{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$.

Considerando que os conceitos formais não aparecem na notação do *Tractatus* como valores de variáveis, mas são mostrados por essas mesmas variáveis (TLP 4.126), o papel da escada é gradualmente substituí-los por equivalentes cada vez mais perspicuos, de forma que no topo da escada percebe-se que a todo o tempo expressou-se algo cuja essência é formal. Não

⁵ O sublinhado é o primário, enquanto o itálico é o secundário.

há, portanto, essência significativa, material, do mundo, dos fatos, do pensamento e da proposição. A essência da linguagem é o simbolismo.

Engelmann (2021, 52) entende que a escada é a elucidação de um tipo específico de proposição: a proposição descritiva. As proposições sobre lógica (6.1n), matemática (6.2n), ciência (6.3n), ética e valor (6.4n) e o sentido da vida (6.5n) constituiriam tipos distintos de proposições. Contudo, não ficou claro para nós o suporte no *Tractatus* para tal afirmação, que, cabe notar, é bastante profícua. Talvez o TLP 5.4711 possa ser um dos pontos.

Dessa leitura, fundamentada no sistema numérico do *Tractatus*, Engelmann (2021, 36) extrai sua solução para o seu aparente paradoxo (TLP 6.54). Para ele, as sentenças do livro não são absurdos, mas formam a escada, que é útil para compreender o simbolismo que é, por seu turno, a essência da proposição. As sentenças de 6 a 7 mostram as consequências filosóficas desse *insight*. Para explicar o aparente paradoxo da idéia de um absurdo útil, Engelmann argumenta: 1) o que deve ser enfatizado é o simbolismo e não as sentenças da escada. A princípio o simbolismo poderia ser compreendido sozinho, sem as elucidações do livro; 2) O fundamento do que é o absurdo é o simbolismo e não as sentenças do livro; 3) Entendido o simbolismo, as sentenças são supérfluas e podem ser descartadas; 4) As observações não expressam necessidades metafísicas, mas observações a serem superadas após compreendido o simbolismo

Passaremos a apontar algumas dificuldades que encontramos na leitura de Engelmann. A primeira diz respeito à autonomia do simbolismo frente aos "absurdos" do livro. Entendemos que o simbolismo é indissociável das sentenças sobre sua constituição. O papel das sentenças do *Tractatus*, em certa medida, tem papel normativo quanto ao uso do simbolismo. Sem referências para o uso os signos não se tornam símbolos, haja vista a necessidade de regras de acordo entre interlocutores.

Ilustremos isso com um exemplo. A Forma Geral das Funções de Verdade (TLP 6) gera proposições, tendo como *input* proposições elementares. Em sua operação, não seria possível muni-la com proposições elementares, sem que tenha sido esclarecido o seu critério de reconhecimento, que é a independência lógica (TLP 4.464).

No mesmo sentido, Engelmann (2021, 36) argumenta que o fundamento do absurdo das sentenças do *Tractatus* é o simbolismo e não as sentenças prévias. Sustenta ainda que o sentido das sentenças depende da combinação de estruturas *a priori* com o correto uso de regras arbitrárias, como dito em TLP 4.733. Mas quais seriam as regras arbitrárias que tornariam absurdas as sentenças do *Tractatus*? Não poderiam ser as da linguagem ordinária, haja visto que as sentenças estão em perfeita ordem gramatical. Assim, seriam as regras contidas nos "absurdos" do livro que não permitem que elas sejam construídas em sua notação. Os "absurdos" do *Tractatus* deveriam constituir a sintaxe do seu simbolismo, o que torna problemático o seu descarte.

Como já adiantamos, é problemático, embora profícuo, considerar que Wittgenstein estava, até o TLP 6, tratando apenas da linguagem descritiva. Isso porque, ressalvado o caso do TLP 4.464, no prefácio e nas demais proposições Wittgenstein não expressa essa restrição de escopo. Contudo, partamos dessa premissa para examinar uma maneira pela qual essas dificuldades podem ser superadas. Se as sentenças da escada que culminam em TLP 6 tratam de proposições descritivas, então elas são absurdas apenas enquanto descrições.

A escada que devemos jogar fora, consoante essa leitura, é a ilusão de sentido descritivo que tínhamos ao examinar as proposições do *Tractatus*, assim como podemos ter quando lidamos com sentenças metafísicas, bem como éticas, lógicas e estéticas. As sentenças da escada, ao elucidar a proposição descritiva, mostraram sua natureza não descritiva, mas elucidatória. Também não precisamos considerar as sentenças a partir de TLP 6 como pertencentes a tipos distintos, mas como proposições de um mesmo tipo - elucidatórias - versando sobre diversos assuntos filosóficos.

O livro de Mauro Engelmann é um grande marco na literatura secundária sobre o problemático, mas fascinante, *Tractatus* de Wittgenstein.

Recebido em 05/06/2022

Aprovado em 30/09/2022

REFERÊNCIAS

ANSCOMBE, G.E.M. “Tractatus”, An Introduction to Wittgenstein’s. Nova Iorque: Harper & Row, 1965.

BLACK, M. A Companion to Wittgenstein’s “Tractatus.”. 2ª. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1966.

CARNAP, Rudolf. The Logical Syntax of Language. 1ª. ed. Abingdon: Routledge, 1937.

CONANT, J.; DIAMOND, C. On Reading the Tractatus Resolutely: Reply to Meredith Williams and Peter Sullivan. In: KOELBEL, M.; WEISS, B. Wittgenstein’s Lasting Significance. Londres: Routledge, 2004. p. 42-97.

ENGELMANN, Paul. Letters from Ludwig Wittgenstein with a Memoir. Nova Iorque: Horizon Press, 1967.

HACKER, P. M. S. Insight and Illusion. 2ª. ed. Oxford: Clarendon Press, 1986.

ISHIGURO, Hidé. Uso y referencia e los nombres. In: WINCH, Peter Estudios sobre la filosofia de Wittgenstein. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971. Cap. 1, p. 1-31.

JANIK, A.; TOULMIN, S. Wittgenstein’s Vienna. Nova Iorque: Touchstone, 1973.

MALCOLM, N. Nothing is Hidden. Oxford: Blackwell, 1983.

MCGINN, Marie. Elucidating the “Tractatus.”. Oxford: Clarendon Press, 2006.

NEURATH, Otto. Physicalism. In: NEURATH, Otto Philosophical Papers 1913–1946. Dordrecht: D Reidel Publishing Company, 1983. p. 52–57.

PEARS, D. The False Prison. Oxford: Clarendon Press, v. 1, 1987.

RHEES, Rush. "Ontologia" e Identidad en el Tractatus: A propósito del companion de Black. In: WINCH, Peter Estudios sobre la filosofia de Wittgenstein. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971. Cap. 2, p. 33-47.

RUSSELL, Bertrand. The Problems of Philosophy. Oxford: Oxford University Press. 1997

WINCH, Peter. Introdução: La unidad de la filosofia de Wittgenstein. In: WINCH, Peter Estudios sobre la filosofia de Wittgenstein. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971. p. IX-XXVI.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus Logico-Philosophicus. 3ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

